



PIRACEMA

Boletim da Assessoria Técnica Independente das áreas 4 e 5 | janeiro 2022 | nº 5

- Conheça as pesquisas que o Guaicuy tem feito nas comunidades **página 7**
- "O Que Queremos": a luta pela reparação justa **página 2**

páginas 4 e 5

Três anos de rompimento da barragem da Vale

Comunidades são afetadas de diferentes formas e seguem mobilizadas em busca de seus direitos

página 7

PRESCRIÇÃO

Entenda por que o risco de prescrição em janeiro de 2022 não interfere no processo judicial coletivo

página 3

PTR E ANEXO 1.3

Confira as novidades nos dois anexos do acordo com o início dos trabalhos da FGV e a realização da Consulta Popular

página 6

MATRIZ DE DANOS

Primeira versão do documento que auxiliará na indenização individual será entregue em breve



VOZES PLURAIS QUE CONSTROEM A REPARAÇÃO

Atravessar as águas exige sabedoria e é o povo que a constrói. Há três anos as comunidades atingidas pelo rompimento da barragem da Vale resistem e movimentam a busca pela reparação integral. Neste período de tantas mudanças no cotidiano, seguimos com a fé própria de quem sabe "Esperançar".

Reparar é diminuir danos, é indenizar, é garantir que não se repita, é amenizar traumas e adoecimentos, é ressarcir os bens perdidos. É respeitar a história e a vivência de cada um. E acima de tudo, só existe reparação se houver a participação das pessoas atingidas.

Este processo só é possível com a organização popular e comunitária. O leme deste barco são as vozes plurais que ressoam das comunidades atingidas.

Em 2021 ficamos ainda mais perto, através de cada encontro virtual ou presencial com pescadores e artesãos, produtores rurais, mulheres, comunidades escolares, juventudes, povos e comunidades tradicionais e ribeirinhas.

Agora, neste novo ano, seguimos lado a lado na busca pela reparação integral das pessoas atingidas e prejudicadas pelo rompimento. Vamos juntas e juntos!

SAIBA +
www.guaicuy.org.br

O QUE QUEREMOS



"A empresa [Vale] deveria assumir a responsabilidade, pagar o que é de direito e cumprir a lei. As pessoas já mostraram as vidas que foram destruídas. Mudamos a rotina. O meu lazer era a pescaria, mas hoje em dia nem visita vem, porque não tem muito o que fazer."

Elane Santana da Cruz, Canto da Seriemá (Pompéu)

Foto: Juliana Silveira/Acervo Guaicuy

"Para ter reparação caberia à Vale garantir a indenização. Dinheiro nenhum vai pagar o que a gente sofreu. O psicológico nunca mais será o mesmo. É a gente conseguir quitar as dívidas porque ficamos endividados. Deveríamos ter os resultados de análises de água feitas pela Vale. Reparação também é ter segurança."

Frediana Alves Xavier, Paraíso (Felixlândia)

Foto: Sarah Fontenelle Santos/Acervo Guaicuy



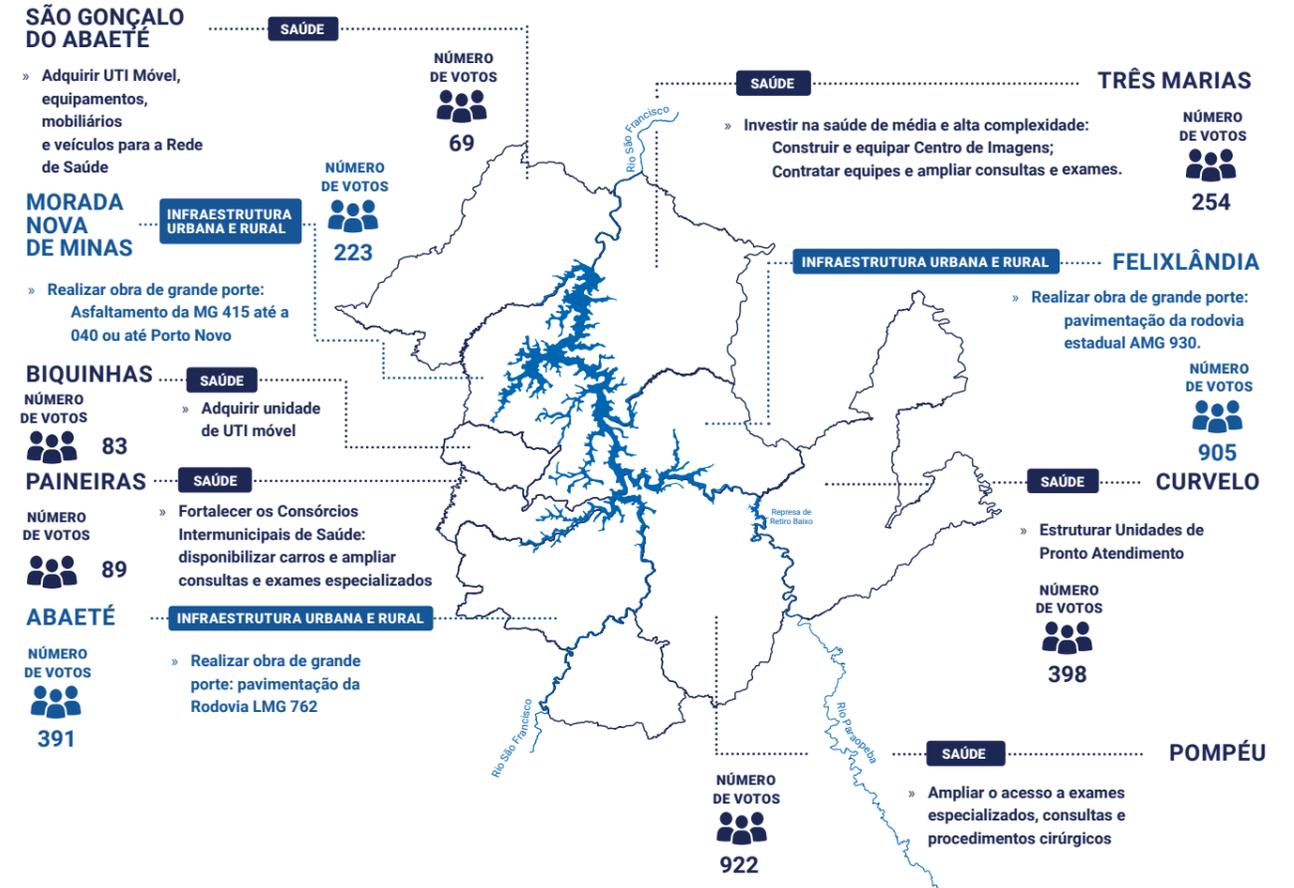
"Nossa luta é para que as análises de água sejam feitas com mais frequência para que o pessoal entenda o que é que está acontecendo. O peixe ficou comprometido, tá difícil negociar e estamos sujeitos ao preço que os compradores põem na nossa mercadoria."

Geraldo Magela da Costa, Frei Orlando (Morada Nova de Minas)

Foto: Acervo pessoal

GUAICUY OFERECE SUPORTE DURANTE A CONSULTA POPULAR DO ANEXO 1.3

Quase 11 mil eleitores dos 26 municípios atingidos participaram da Consulta Popular prevista no Anexo 1.3 do acordo entre Vale, Poder Público e Instituições de Justiça indicando projetos prioritários de melhoria em políticas públicas. Entre os dias 05 e 22 de novembro, as pessoas das comunidades atingidas de Pompéu a Três Marias contaram com mais de 50 pontos de apoio do Guaicuy. *Veja a quantidade de votos por município e qual o tema e os subtemas mais indicados:*



Após a consulta, o Comitê de Compromitentes (formado pelo Estado de MG, Ministério Público Federal, Ministério Público/MG e Defensoria Pública/MG) irá definir quais projetos devem ser implementados.

Em seguida, eles deverão passar pelo detalhamento realizado pela Vale e auditados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). A mineradora é responsável por pagar e/ou executar os projetos aprovados.

PTR: o que você ainda precisa saber

O Programa de Transferência de Renda (PTR) é um valor mensal pago às pessoas atingidas durante o andamento do processo judicial. O PTR está sendo gerido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) desde novembro de 2021. A data de início de novos cadastros e os documentos comprobatórios ainda não foram definidos. As pessoas que têm direito, mas

ainda não estão cadastradas poderão receber retroativo, ou seja, os valores serão pagos desde novembro de 2021, considerando o início do PTR.

O Guaicuy segue à disposição para auxiliar e informar às pessoas atingidas sobre atualizações, mas a responsabilidade de gestão do programa é da FGV.

EXPEDIENTE DO BOLETIM:
JORNALISTA RESPONSÁVEL: Júlia Rohden - 0006118/SC | **TEXTOS JORNALÍSTICOS:** Fernando Gentil, Laura Alice Silva, Sarah Fontenelle Santos e Tainara Torres | **DIAGRAMAÇÃO:** Felipe Chemicatti | **IMAGENS:** Daniela Paoliello, João Carvalho, Morgana Mafra, Tainara Torres e Milena Andrade da Rocha | **REVISÃO:** Joana Tavares e Júlia Rohden | **COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO DA ATI:** Joana Tavares
FOTOGRAFIA DA CAPA: Daniela Paoliello

INSTITUTO GUAICUY: Rua Brasópolis, 109 - Floresta, Belo Horizonte | CEP: 30150-170 | (31) 3024-9460 | (31) 97102-5001 Telefone/WhatsApp para pessoas atingidas | contato@guaicuy.org.br

LEIA TAMBÉM PELA INTERNET: www.guaicuy.org.br | f/institutoguaicuy | @institutoguaicuy | d/guaicuyparaopeba

ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE REJEITOS DA VALE COMPLETA 3 ANOS

Comunidades atingidas estão em constante mobilização na busca por direitos



Foto: Vinicius Mendonça/Ibama

Um dos maiores desastres ambientais do Brasil completa 3 anos em 25 de janeiro de 2022. O rompimento da barragem da Vale em Brumadinho provocou a morte de 272 pessoas, sendo que seis continuam desaparecidas. Foram 26 municípios atingidos na Bacia do Paraopeba, de Brumadinho a Três Marias.

Desde o rompimento, as comunidades atingidas têm se organizado como uma importante frente de mobilização no processo de reparação e na luta pela garantia de direitos. Uma das conquistas foi o direito à Assessoria Técnica Independente (ATI), para acompanhar as cinco regiões da bacia do Rio Paraopeba e do lago de Três Marias. As entidades foram eleitas em julho de 2019 pelas pessoas atingidas, para garantir a participação informada no processo judicial.

A diretora de projetos do Guaicuy, escolhido das regiões 4 e 5, Carla Wstane, afirma que o papel do instituto é complexo em todo o processo. "O maior desafio é a construção contínua de autonomia, com escuta

próxima e acolhedora, que entenda as particularidades de cada comunidade atendida pelo Guaicuy. A mobilização social para a garantia dos direitos violados nos dá condições de identificar os danos para que possamos consolidar as ações necessárias", afirma.

O acordo

Desde a assinatura do acordo, em fevereiro de 2021 entre Vale, Estado de MG e Instituições de Justiça, os anexos 1.1, 1.2 (PTR) e 1.3 definidos para os Projetos de Reparação Socioeconômica, trouxeram novos caminhos no andamento do processo de reparação dos danos coletivos.

"O Acordo, mesmo com nossas críticas sobre a não participação das pessoas atingidas no processo, trouxe avanços com o Programa de Transferência de Renda (PTR), que agora reconhece a área 5 como atingida pelo rompimento da barragem da Vale em Brumadinho", pontua Carla.

O que o Guaicuy tem feito junto às pessoas atingidas?

Desde o início da atuação do Guaicuy nos territórios atingidos, há um intenso trabalho junto das comunidades: reivindicação de direitos das pessoas atingidas, análises da água e do solo, acolhimentos, pesquisas, mobilização, formação e participação, dentre muitas outras atividades. "Consolidar essa estrutura de trabalho vem nos tornando cada vez

mais aptos para prestar uma assessoria técnica independente que garanta a participação informada junto às comunidades", avalia a diretora.

Desafios e Perspectivas

A expectativa para 2022 é uma atuação cada vez mais conjunta de toda a bacia do Paraopeba e Lago de Três Marias em diferentes frentes: Anexos, Matriz de Danos e medidas emergenciais que ajudem a mitigar os danos.

"É importante construir um modelo de governança de toda a bacia, acompanhar e apoiar as pautas dos Anexos do Acordo e consolidar a Matriz de Danos com as pessoas atingidas, que deve ser apropriada por elas enquanto ferramenta de luta", reforça a diretora.



Foto: Tainara Torres/Acervo Guaicuy

Instituto Guaicuy foi eleito pelas comunidades atingidas de Pompéu e Curvelo (área 4) e também da região do lago de Três Marias (área 5) em 2019 para prestar assessoria técnica independente. Desde então, os técnicos do Guaicuy atuam junto às pessoas atingidas levando informações sobre o processo judicial coletivo.

FELIXLÂNDIA

ROSANA RIBEIRO LEITE

"NO INÍCIO FOI MUITO PESADO, a população teve muitas incertezas com o excesso de noticiário apontando para a nossa região 'a lama chega, a lama não chega?'. Isso causou um impacto financeiro e turístico muito grande. Foi muita coisa em sequência. Depois que nossa região foi reconhecida como atingida, a maioria das pessoas ficou com medo de reconhecer que foi atingida. Durante os seis primeiros meses após o rompimento, quem vendia peixe não conseguia mais vender porque existia dúvida. O impacto turístico foi grande, porque as pessoas tinham medo de entrar na água."

Recanto do Funil POMPÉU

JOELMA HONORATO

"AVALIEI QUE NESSES TRÊS ANOS DE LUTA tiverpvm várias reuniões e o que fica nítido é o quanto as nossas dificuldades nos unem, porque mesmo que direta ou indiretamente todos somos atingidos, por isso a importância da união por um bem comum. Até o momento, a maior conquista que tivemos foi o conhecimento que nos foi entregue, porque não tínhamos tanta informação sobre o assunto, e também a Matriz de Danos, que inclui todos os atingidos em um sistema de equidade que favorece tanto os atingidos diretamente quanto indiretamente, reconhecendo assim a perda de todos. Os desafios são muitos, porém com fé em Deus, esperança e amor podemos vencer todas as barreiras que forem impostas."

Poções de Paineiras PAINEIRAS

MARIA REGINA ANDRADE

"EU VI O DIA QUE A BARRAGEM ROMPEU, até hoje eu guardo. Eu estava em Belo Horizonte, vi no jornal. É uma perda pra todo mundo, todos nós dependemos do meio ambiente e da água da região. Eu fiquei muito chocada porque são irmãos nossos. E pra essa geração que tá vindo aí também não é bom. Eu sou mãe, eu sou avó, então a gente quer o melhor pra todo mundo. Espero que 2022 seja melhor para todos nós e para a equipe. É bom quando a gente termina um trabalho que tem sucesso. Quando dois ou três se reúnem, Deus está entre eles para o bem!"



MATRIZ DE DANOS: CONSTRUÇÃO COLETIVA NA BUSCA PELA INDENIZAÇÃO INDIVIDUAL

As indenizações individuais que as pessoas atingidas têm direito de receber seguem em disputa na Justiça. Um dos caminhos para conquistar a indenização é pelo processo coletivo, por meio de um documento chamado Matriz de Danos. Este documento está em fase de elaboração. Uma versão preliminar da Matriz de Danos da Bacia do Paraopeba e do Lago de Três Marias está sendo construída conjuntamente pelas Assessorias Técnicas e será apresentada às pessoas atingidas no início de 2022

O que é a Matriz de Danos?

É uma tabela elaborada pelas Assessorias Técnicas Independentes em conjunto com as comunidades, na qual serão listadas as perdas e danos das pessoas atingidas, quais grupos sociais sofreram os danos, os valores justos a serem indenizados e as formas de comprovação que cada dano pode ter. Assim, será possível reivindicar uma indenização mais justa pela soma dos danos identificados por cada pessoa ou família e seus valores.



Como será a versão final?

A versão final da Matriz de Danos conterà também os valores justos de indenização de cada dano, suas formas de comprovação e a indicação dos grupos sociais que sofreram.

Este documento será entregue às Instituições de Justiça e ao juiz do caso para ser incluído no processo coletivo como uma prova dos prejuízos causados. Sua aprovação dependerá da participação e mobilização das pessoas atingidas para que as Instituições de Justiça (IJs) e o juiz aceitem o documento.



Como o documento está sendo feito?

As ações do Guaicuy como Reuniões de Núcleos, Acolhimentos, Rodas de Conversa, estudos e análises são fundamentais para o levantamento de danos. Depois seguem as etapas de organização e classificação dos tipos de danos, além da valoração dos danos, a ser feita com as pessoas atingidas. Por fim, a Matriz de Danos deve ser aprovada pelas pessoas atingidas através de assembleias, antes de ser enviada para as Instituições de Justiça.



E o que é a versão preliminar da Matriz de Danos?

É uma primeira versão que apresenta a listagem dos danos sofridos pelas pessoas atingidas, de Brumadinho a Três Marias. O documento está sendo feito pelas Assessorias Técnicas que atuam nas regiões (Guaicuy, Nacab e Aedas), a partir dos danos já levantados juntos às pessoas atingidas.

Esta primeira versão será apresentada e validada com as comunidades.



Qual a importância da participação das comunidades?

Os danos que constam na Matriz são coletados junto às comunidades, pois são as pessoas atingidas que sabem dizer quais danos sofreram a partir do rompimento da barragem. É fundamental que o documento seja feito com referência nos valores que representam de fato as perdas sofridas.



PRESCRIÇÃO PARA INDENIZAÇÕES INDIVIDUAIS?

Risco de prescrição não interfere no processo judicial coletivo já em andamento

Passados três anos do rompimento da Barragem da Vale em Brumadinho, pessoas atingidas se perguntam: “existe a possibilidade de prescrição para reivindicar na justiça a indenização individual?”.

O termo “prescrição” significa que existe um prazo estipulado por lei para aquele que teve o direito violado entrar na justiça solicitando a indenização pelos danos sofridos. No Brasil esse prazo é de três anos, contados a partir da data de sofrimento do dano ou de seu conhecimento. Entretanto, existem outras leis e condições específicas que determinam prazos diferentes.

Diante do contexto do rompimento da barragem da Vale, uma dessas condições é que os danos sofridos estejam todos identificados. No processo coletivo, os danos somente serão listados após a finalização da Matriz de Danos.

Existem várias argumentações e entendimentos jurídicos para que a prescrição do prazo para ajuizar um processo individual não aconteça no dia 25 de janeiro de 2022.

Importante lembrar que existem vários caminhos para buscar a indenização individual, como por meio do processo judicial coletivo (no qual o Guaicuy atua), ou por meio de processos judiciais individuais. Caso a prescrição aconteça, ela impacta apenas nos processos individuais, ou seja, as pessoas atingidas ainda poderão reivindicar indenizações individuais mais justas dentro do processo coletivo.

O Guaicuy dispõe de uma equipe de advogados populares que estão à disposição das pessoas das comunidades atingidas para orientá-las.

PESQUISAS EM FAVOR DAS COMUNIDADES ATINGIDAS

Guaicuy realiza pesquisas que contribuirão para melhor entendimento dos danos

Com o intuito de conhecer melhor os efeitos do rompimento da barragem, o Instituto Guaicuy realiza estudos relativos aos danos à qualidade de vida da população atingida e/ou prejudicada. É o caso das Pesquisas Domiciliar e da Saúde executadas pelo Instituto Olhar, empresa contratada pelo Guaicuy.

A Pesquisa da Saúde objetiva identificar os efeitos à saúde física e mental provocados, influenciados ou intensificados após o rompimento. Para isso foram feitas pesquisas com pessoas atingidas, gestores e profissionais da área da saúde nos municípios assessorados pelo Guaicuy. Os dados já estão em fase de análise e sistematização para posterior apresentação e retorno para as comunidades.

Já a Pesquisa Domiciliar registra danos sociais, econômicos, ambientais e culturais provocados pelo rompimento da barragem. A pesquisa poderá ser respondida presencialmente nos territórios. Nem todas as pessoas são entrevistadas, mas aquelas que

respondem o questionário conseguem oferecer um retrato das características e situações enfrentadas pela comunidade. Caso seja convidado, participe! Os resultados dessas e de outras pesquisas que já foram realizadas pelo Guaicuy contribuirão para a construção da Matriz de Danos, um instrumento coletivo que permitirá o cálculo de indenizações mais justas.



Foto: Milena Andrada de Rocha/Acervo Guaicuy

Profissionais do Instituto Olhar que realizam pesquisas domiciliar e da saúde devem estar identificados com colete e crachá, podendo ainda estar acompanhados de um técnico do Guaicuy.

O QUE É SER ATINGIDO

Com as vidas alteradas, comunidades falam sobre os danos e as consequências após o rompimento da barragem da Vale

Perda da fonte renda, das interações sociais e familiares, não poder pescar ou brincar no rio ou na represa. O termo “atingido” entrou na vida de quem vive nos territórios afetados pelo rompimento da barragem. Desde janeiro de 2019, as comunidades dos 26 municípios entre Brumadinho e Três Marias acrescentaram no vocabulário palavras que não tinham qualquer relação com seu cotidiano até então: reparação integral e comunidades atingidas, dentre tantas outras.

Fernanda Rodrigues, da comunidade Silga (Três Marias), pergunta: “Como os pescadores e as demais pessoas que vivem do rio vão poder sobreviver?”, afirmando que hoje muitos estão com dificuldade de se alimentar. Para ela, “ser atingida é um sentimento de tristeza e frustração. Se foram sonhos, expectativas, projetos, qualidade de vida”.

Para Liziana Campos, moradora de Chácaras Choro (Curvelo), descrever tudo que a palavra representa não é uma tarefa fácil. “Ser atingido é isso: perder a nossa liberdade. Nos privaram de receber amigos e vizinhos porque muitos foram embora. Muitos estão doentes de coisas que não sofriam há três anos”, completa a moradora, reforçando os danos relacionados à perda das relações comunitárias.

Além de todos esses impactos, a pescadora e revendedora de peixes Renata Pimenta, moradora de Abaeté, conta que o rompimento também trouxe outros problemas: “Difamou o nome do nosso peixe. Minhas vendas caíram em torno de 60% a 70%. Lazer e turismo já não tem mais. O pessoal vinha porque o peixe aqui era bem falado”.

É preciso lidar com a ausência daqueles que se mudaram por falta de trabalho. “Ser atingida não significa que foi só a lama que passou

Fernanda Rodrigues, Silga - Três Marias



Liziana Campos, Chácaras Choro - Curvelo

aqui, perdemos aquela coisa chamada afeto. Muitas pessoas se distanciaram por não ter de onde tirar nada, perdemos um pouco da nossa essência. Isso é ser atingido”, completa Liziana.

“Todos nós que tiramos o sustento, que vivemos não só da pesca, mas que dependemos da água do rio para aguar as plantas, para manter a casa, para beber, e fomos atingidas, direta ou indiretamente.

Desde quando essa tragédia aconteceu o tempo parou, nada anda, nada flui”, resume Fernanda.

Renata lembra que a região do lago de Três Marias não teve assistência alguma da mineradora. “Para nós da área 5 nem água mineral foi oferecida, não tivemos nada até hoje. A preocupação da Vale com a gente é zero. A gente não tá pedindo nada pra ninguém, a gente só quer o que é da gente de direito”, finaliza.



Renata Pimenta, Abaeté.

Foto: João Carvalho/Acervo Guaicuy

FALE COM O GUAICUY

Envie uma mensagem para nosso número e receba informações atualizadas:

☎ (31) 97102-5001

Acesse também nosso site www.guaicuy.org.br

